



Anais da Assembleia

4º 157

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1991 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Colombino Grassano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti e Luiz Antonio Setti (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 122/91

Curitiba, 25 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva

dar nova redação ao § 1º, do art. 3º, da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, modificado pelas Leis nºs 7.812, de 29 de dezembro de 1983 e 9.174, de 29 de dezembro de 1989.

O dispositivo legal cuja alteração configura o objetivo da proposta ora formulada a essa augusta Casa de Leis, é o que dispõe sobre a forma de atualização do valor da Unidade Padrão Fiscal do Paraná - UPFPR, que constitui base de cálculo para as Taxas de Segurança, assim como para a cobrança de algumas multas do ICMS.

Tal medida legal se faz oportuna e necessária e consulta aos superiores interesses da Administração, pois virá corrigir distorção hoje existente e que vem dando causa a defasagem no valor das taxas de segurança pública, importante fonte do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil do Estado - FUNRESPOL. É com os recursos de tal fundo que o Governo do Estado pretende ensejar condições no sentido de que os setores da segurança pública sejam adequadamente equipados e que, com isso, possam melhor atender aos anseios da comunidade paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O § 1º do art. 3º da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, modificado pelas Leis nºs 7.812, de 29 de dezembro de 1983 e nº 9.174, de 29 de dezembro de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º -

§ 1º - A UPFPR será atualizada mensalmente através de Instrução do Secretário de Estado da Fazenda, mediante a utilização dos índices de atualização monetária dos créditos tributários do Estado."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 31 de dezembro de 1991.

MENSAGEM Nº 123/91

Curitiba, 26 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor

de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ANTEPROJETO DE LEI

ORGÃO/FINALIDADE	VALOR EM Cr\$ 1,00
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	
.Despesas com desapropriação de áreas para ampliação do Aeroporto Afonso Pena	200.000.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero da Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná - Rural/BID para a fonte 00 - Ordinário não vinculado, conforme anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, conforme anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I			Fl. 01	
ANEXO					Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC COP
2100	Secretaria de Estado da Administração					
2103	Diretoria Geral					
2004	Aquisição de imóveis e controle do patrimônio do Estado	4210.00	00	L	200.000	0750
T O T A L					200.000	

CANCELAMENTO		A N E X O II			Fl. 01	
ANEXO					Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC COP
2500	Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA					
2501	Encargos Gerais do Estado					
1017	Paraná-Rural - FDE	4313.00	17	L	200.000	0750
T O T A L					200.000	

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 26 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Maringá e da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 40 - Recursos Diretamente Arrecadados, na Fundação Universidade Estadual de Maringá; da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais e da fonte 82 - Convênios com Órgãos não Federais para a fonte 40 - Recursos Diretamente Arrecadados, na Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, visando despesas com o auxílio-creche, auxílio-alimentação e PASEP na Fundação Universidade Estadual de Maringá e com aquisição de material de consumo na Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

Esclareço também, que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações das próprias Entidades.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expres-

sões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Maringá e da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I, desta Lei, ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 40 - Recursos Diretamente Arrecadados, na Fundação Universidade Estadual de Maringá; da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais e da fonte 82 - Convênios com Órgãos não Federais para a fonte 40 - Recursos Diretamente Arrecadados, na Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações das próprias Entidades, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I			Fl. 01	
ANEXO					Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC COP
1000	Chefia do Poder Executivo - Entidades Vinculadas					
1023	Fundação Universidade Estadual de Maringá					
2091	Administração do Ensino Superior em Maringá	3259.00	40	L	10.000	0740
		3280.00	40	L	40.000	0740
1024	Fundação Universidade Estadual do Centro - Oeste - UNICENTRO					
2092	Administração do Ensino Superior na Universidade Estadual do Centro - Oeste	3210.00	40	L	70.000	0740
T O T A L					120.000	

CANCELAMENTO

ANEXO

A N E X O II

Fl. 01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N.DO PROC COP
1000	Chefia do Poder Executivo Entidades Vinculadas					
1023	Fundação Universidade Es- de Maringá					
2078	Administração da Pesquisa Científica e Tecnológica na Universidade Estadual de Maringá	3210.00	81	L	30.000	0740
2091	Administração do Ensino Superior em Maringá	3266.00	40	L	20.000	0740
1024	Fundação Universidade Es- tadual do Centro - Oeste- UNICENTRO					
1083	Edificações e Equipamen- tos para a Universidade Estadual do Centro-Oeste	4110.00	81	L	25.000	0740
		4110.00	82	L	20.000	0740
		4120.00	81	L	15.000	0740
		4120.00	82	L	10.000	0740
T O T A L					120.000	

MENSAGEM Nº 125/91

Curitiba, 26 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ORÇAO/FINALIDADE	VALOR Cr\$ 1,00
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE Despesas com Telefonia, Telex, Água e esgoto, Energia Elétrica e Outros Serviços	150.000.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990 e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural/BID para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o orçamento próprio da Coordenação da Receita do Estado - CRE, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I F1. 01
ANEXO AO DECRETO N° Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC COP
2300	Secretaria de Estado da Fazenda					
2302	Gabinete do Secretário					
	Entidades Vinculadas					
2224	Programação a cargo da Coordenação da Rec. do Estado	3211.03	00	L	150.000	0520
					150.000	

7 CANCELAMENTO ANEXO II F1. 01
ANEXO AO DECRETO N° Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC COP
2500	Administração Geral do Estado Recursos sob superv. da SEFA					
2501	Encargos Gerais do Estado					
1017	Paraná Rural - FDE	4313.00	17	L	150.000	0520
					150.000	

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO III F1. 01
ANEXO AO DECRETO N° Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC COP
2400	Secretaria de Estado da Fazenda Entidades Vinculadas					
2461	Coordenação da Receita do Estado					
2228	Arrecadação e Fiscalização de tributos	3132.00	00	L	150.000	0520
					150.000	

T O T A L 150.000

MENSAGEM Nº 126/91

Curitiba, 26 de novembro de 1991.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.001.965.000,00 (seis bilhões, um milhão e novecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, visando o pagamento de professores municipais que atuam na rede estadual de ensino.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.001.965.000,00 (seis bilhões, um milhão e novecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações do próprio Órgão, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I Fl. 01
Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC COP
3300	Secretaria de Estado da Educação					
3301	Gabinete do Secretário					
2123	Apoio a demanda escolar	3223.01	00	L	6.001.965	0668
T O T A L					6.001.965	

CANCELAMENTO ANEXO II Fl. 01
Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC COP
3300	Secretaria de Estado da Educação					
3304	Superintendência de Educação					
1038	Projeto Tempo de Criança	3120.00	00	L	2.691.606	0668
		3132.00	00	L	690.924	0668
2127	Administração do Ensino de Primeiro Grau, Ciclo Básico e Prê-Escolar	3120.00	00	L	2.506.402	0668
2133	Implementação da Educação Física no Ensino de Primeiro e Segundo Grau e na Educação Especial	3120.00	00	L	113.033	0668
T O T A L					6.001.965	

Curitiba, 26 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 97.523.000,00 (noventa e sete milhões, quinhentos e vinte e três mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, que tem por finalidade atender despesas com a manutenção das aeronaves pertencentes ao Governo do Estado e com processamento de dados, na Administração Direta, com auxílio-alimentação e auxílio-creche na Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa e despesas de manutenção da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 97.523.000,00 (noventa e sete milhões, quinhentos e vinte e três mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações do próprio Órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados os orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Fundação Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L	VALOR	N. DO PROC. COP	
		FT	R			
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
0903	DIRETORIA GERAL - CASA CIVIL					
2275	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMATICA - CASA CIVIL	3132.00	00	L	35.523	0676
0905	CASA MILITAR					
2221	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AEREO	3132.00	00	L	8.000	0676
0908	GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DA CIENCIA; TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO ENTIDADES VINCULADAS					
2108	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUEPG	3211.03	00	L	20.000	0676
2119	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNIOESTE	3211.03	00	L	34.000	0676
TOTAL				97.523		

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	R VALOR	N. DO PROC. COP	
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
0903	DIRETORIA GERAL - CASA CIVIL					
2218	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA CASA CIVIL	4130.00	00	L	43.523	0676
0908	GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DA CIENCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO ENTIDADES VINCULADAS					
2108	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUEPG	4311.02	00	L	20.000	0676
2119	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNIOESTE	4311.02	00	L	34.000	0676

TOTAL 97.523

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	R VALOR	N. DO PROC. COP	
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1022	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA					
2090	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MEDIO E SUPERIOR EM PONTA GROSSA	3259.00	00	L	20.000	0676
1033	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - FUNIOESTE					
2101	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	3132.00	00	L	34.000	0676

TOTAL 54.000

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	R VALOR	N. DO PROC. COP	
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1022	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA					
2090	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MEDIO E SUPERIOR EM PONTA GROSSA	4120.00	00	L	20.000	0676
1033	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - FUNIOESTE					
X 1090	EDIFICAÇÕES PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	4110.00	00	L	34.000	0676

TOTAL 54.000

MENSAGEM Nº 128/91

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

Curitiba, 26 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

ANTEPROJETO DE LEI

Tenho a honra da apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.642.592.000,00 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil cruzeiros), ao vigente Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, visando o pagamento de despesas ambulatoriais referentes a novembro de 1990.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.642.592.000,00 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil cruzeiros, ao vigente Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento da própria Entidade.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria Entidade, conforme Anexo II desta Lei.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração,

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	R VALOR	N. DO PROC. COP
4000	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE				
	ENTIDADES VINCULADAS				
4085	FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA				
	- FCMR				
2027	ADMINISTRAÇÃO, AMPLIAÇÃO E				
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA UNICO DE				
	SAUDE - FCMR	3192.00	81	L 2.642.592	0699
TOTAL				2.642.592	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	R VALOR	N. DO PROC. COP
4000	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE -				
	ENTIDADES VINCULADAS				
4085	FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA				
	- FCMR				
2027	ADMINISTRAÇÃO, AMPLIAÇÃO E				
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA UNICO DE				
	SAUDE - FCMR	4130.00	81	L 2.642.592	0699
TOTAL				2.642.592	

MENSAGEM Nº 129/91

meu mais alto apreço e consideração.

Curitiba, 26 de novembro de 1991.

(a) ROBERTO REQUIAO

Senhor Presidente.

Governador do Estado

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ANTEPROJETO DE LEI

ORGÃO/FINALIDADE VALOR EM CR\$ 1,00

SECRETARIA DE ES-
TADO DA CULTURA
FUNDAÇÃO TEATRO
GUAIRA

.Os recursos serão
utilizados no de-
senvolvimento de
produções artís-
ticas a serem
realizadas pela
Fundação Teatro
Guaíra.

CR\$ 75.000.000,00

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990 e, simultaneamente, fica procedida a conversão da Fonte 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros para Fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados o orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra e o Orçamento de Investimento da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP.
2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA				
2902	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
2064	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO TEATRO GUAIRA	3211.03	00 L	75.000	0395
TOTAL				75.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP.
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO				
2702	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
1036	PROGRAMA PARANA-RURAL/BIB - CAFE DO PARANÁ	4140.00	05 L	75.000	0395

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO III

FL.02

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
3000	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA ENTIDADES VINCULADAS					
3071	FUNDAÇÃO TEATRO GUAIRA					
2067	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DO TEATRO GUAIRA	3120.00	00	L	15.000	0395
		3132.00	00	L	60.000	0395

TOTAL

75.000

CANCELAMENTO

ANEXO IV

FL.02

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2869	COMPANHIA AGROPECUARIA DE FOMENTO ECONOMICO DO PARANA - CAFE DO PARANA					
1063	FOMENTO A PRODUÇÃO ANIMAL - PARANA-RURAL/BIB - CAFE DO PARANA	4110.00	05	L	75.000	0395

TOTAL

75.000

MENSAGEM Nº 130/91

Curitiba, 26 de novembro de 1991.
Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 137.098.000,00 (cento e trinta e sete milhões e noventa e oito mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ORGÃO/FINALIDADE	VALOR EM CR\$ 1,00
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	
os recursos serão utilizados em obras de recuperação de prédios histórico-culturais, através de transferências a municípios	Cr\$ 137.098.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 00 - Ordinário não Vinculado para a fonte 08 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais no valor

de Cr\$ 25.818.000,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e dezoito mil cruzeiros).

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(à) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 137.098.000,00 (cento e trinta e sete milhões e noventa e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 00 - Ordinário não Vinculado para a fonte 08 - Cota Parte das Rendas das Loterias Estaduais no valor de Cr\$ 25.818.000,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e dezoito mil cruzeiros), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações do próprio Órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA				
2901	GABINETE DO SECRETARIO				
2050	ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISAO DA POLITICA CULTURAL	4323.00	08 L	137.098	0646

TOTAL 137.098

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA				
2901	GABINETE DO SECRETARIO				
2050	ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISAO DA POLITICA CULTURAL	3132.00	08 L	64.512	0646
		3223.02	00 L	9.417	0646
		3223.02	08 L	1.610	0646
		3231.00	08 L	45.158	0646
2903	DIRETORIA GERAL				
2051	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SEEC	3231.00	00 L	16.401	0646

TOTAL 137.098

A Diretoria Legislativa

MENSAGEM Nº 131/91

Curitiba, 26 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assemblêia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, no valor de Cr\$ 29.597.000,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 90 - Diversas para a fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais.

O referido crédito, tem por finalidade atender à programação das atividades de manutenção da Entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura do referido crédito são provenientes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrêgia Assemblêia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 29.597.000,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 90 - Diversas para a fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais, ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria entidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	D	VALOR	N. DO PROC. COP
		DA	DESPEZA	FT	R		
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS						
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER/PARANA						
2886	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER/PR		3132.00	81	L	29.597	0616
TOTAL						29.597	

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	D	VALOR	N. DO PROC. COP
		DA	DESPEZA	FT	R		
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS						
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER/PARANA						
2886	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER/PR		4110.00	90	L	29.597	0616
TOTAL						29.597	

A Diretoria Legislativa

MENSAGEM Nº 132/91

Curitiba, 26 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar a elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação de Esporte e Turismo- FESTUR, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio e do Instituto de Tecnologia do Paraná- TECPAR, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, visando atender despesas com auxílio para obras esportivas nos municípios do interior do Estado, com a aquisição de equipamentos e material permanente para o Centro de Ciências da Saúde e Clínica Odontológica da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com a manutenção da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio e com as obras da construção do laboratório do TECPAR.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações das próprias Entidades.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação de Esporte e Turismo- FESTUR, da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio e o Orçamento de Investimento do Instituto de Tecnologia do Paraná- TECPAR, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações das próprias Entidades, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D R	FT	VALOR	N. DO PROC. COP	
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO- ENTIDADES VINCULADAS						
1020	FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO FESTUR						
2212	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE AMADOR E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	4323.00	90	L	60.000	0665	
1021	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA						
1019	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	4120.00	40	L	20.000	0665	
1025	FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CORNÉLIO PROCÓPIO						
2093	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CORNÉLIO PROCÓPIO	3132.00	40	L	5.000	0665	
1035	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR						
2880	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS PARA PROGRAMAS NACIONAIS - CBT	4110.00	40	L	10.000	0665	
2881	PESQUISAS TECNOLÓGICAS, SERVIÇOS E CONTROLE DA QUALIDADE EM PRODUTOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS - CTQB	4110.00	40	L	5.000	0665	
TOTAL					100.000		

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP	
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS						
1020	FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO FESTUR						
2212	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE AMADOR E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	3223.02	90	L	60.000	0665	
1021	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA						
1042	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA	4110.00	40	L	20.000	0665	
1025	FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO PROCÓPIO						
1084	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO PROCÓPIO	4120.00	40	L	5.000	0665	
1035	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA - TECPAR						
2879	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DO TECPAR	4120.00	40	L	15.000	0665	
TOTAL					100.000		

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 133/91

meu mais alto apreço e consideração.

Curitiba, 26 de novembro de 1991.

(a) ROBERTO REQUIAO

Senhor Presidente.

Governador do Estado.

Tenho a honra de apresentar a elevada consideração dessa egrêgia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros).

O referido crédito que suplementa o orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/PARANÁ, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, tem por finalidade prover recursos para as despesas com PASEP, material de consumo e outros serviços e encargos.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de dotação da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 230.000.00,00 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/PARANÁ, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria Entidade conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PARANA.					
2886	ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PARANA	3120.00	81	L	161.000	0617
		3132.00	81	L	64.000	0617
		3280.00	81	L	5.000	0617
TOTAL					230.000	

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL EMATER/PARANÁ					
2886	ASSISTENCIA TENICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PARANÁ	4120.00	81	L	230.000	0617
TOTAL					230.000	

Ofícios

OFÍCIO N° 465/91.

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar de Vossa Excelência, dispensa aos trabalhos legislativos deste dia 27 de novembro, tendo em vista a CPI instalada em Pinhão e minha participação nessa Comissão naquele Município.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência as minhas sinceras saudações.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) MARIO BEZERRA

OFÍCIO

Sob o n° DTL/SAT/385/91, do Senhor Deputado Caio Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Senhor Deputado Algaci Túlio ao Governo do Estado, sobre "determinações expressas no Art. 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual bem como a Lei n° 4.766/63 e Decreto n° 14.585/64, no tocante à contribuição social do Estado para o sistema de previdência". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 505

O Artigo 1° do Projeto de Lei n° 505/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Aos servidores ativos e inativos e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, fica concedido, nos meses de novembro e dezembro de 1991, um abono previsto no valor de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Rossoni, Lourenço Fregonse, Tadeu Lúcio Machado, Rafael Greca de Macedo, Luiz Carlos Alborghetti e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Vale a Justificativa apresentada ao Projeto de Lei n° 521/91, do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 115/91, pois, os motivos, os argumentos e as razões são os mesmos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA N° 01/91

PROJETO DE LEI N° 505/91

A presente Emenda tem por finalidade estender ao mês de dezembro do corrente

ano o abono provisório de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) aos servidores efetivos ativos e inativos e aos servidores regidos pela CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Analisando que a matéria é de iniciativa do Poder Executivo somos pela inconstitucionalidade da mesma, sendo o nosso PARECER CONTRARIO a emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Apoio: Costenaro Neto, Alceu Swarowski, Durval Amaral, Doutor Rosinha.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 521/91

O Artigo 1° do Projeto de Lei n° 521/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos Servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e das Autarquias, inclusive das constantes da Lei n° 9.663, de 16 de julho de 1991, exceto os servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA, que serão tratados em lei, separadamente, fica concedido, nos meses de novembro de dezembro do corrente ano, um abono provisório de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Erondy Silvério, Ademar Traiano, Albino Corazza, Mário Bezerra, Cezar Silvestri, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Justus, Ernani Pudell, Colombino Grassano, Emília Belinati, Carlos Simões, Heinz Herwig, Eurides Moura e Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

A concessão do abono de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) tem sido alvo de críticas e até repúdio por representar uma concessão "filantrópica" do Governo ao funcionalismo.

Nada representa em termos de recuperação das perdas, nem melhora o poder real do salário dos funcionários.

Concedido para vigorar apenas um mês, seria aceitável e justo se fosse um reforço emergencial, até que se ao ser anunciado, certamente não recupera a defasagem e somente será aplicado em janeiro.

Para corrigir esse caráter absurdo dado ao abono é que estamos propondo que sua vigência ocorra também em dezembro.

Somente dessa maneira, o abono deixa de ser uma concessão filantrópica.

E bom lembrar, que neste ano os servidores do Paraná tiveram apenas 20% de aumento contra uma inflação que mensalmente já ultrapassa a esse índice, acumulando perdas para o funcionalismo que passam dos 380%, número jamais visto em nosso Estado. Ainda que a Emenda ora proposta seja passível do veto governamental, tem sua validade como prova de que esta Casa está, como sempre esteve, preocupada com a situação de penúria do funcionalismo.

E fica como alerta, pois todo o trabalhador mal remunerado não tem condições de prestar bom serviço, e com isto todo o Paraná sai prejudicado.

Em última análise, aprovada esta Emenda, temos absoluta certeza que a sensibilidade do Senhor Governador fará acolhê-la, mesmo porque, estamos seguramente informados que a arrecadação estadual teve aumento substancial nos últimos meses.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA N° 01/91

AO PROJETO DE LEI N° 521/91

P A R E C E R:

Objetiva a presente Emenda, conceder nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório no valor de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensais, aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela CLT dos órgãos da Administração direta e das autarquias, exceto os servidores da administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Analizando que a matéria é de iniciativa do Poder Executivo, somos pela inconstitucionalidade da mesma, sendo o nosso PARECER CONTRARIO a emenda.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator.

Apoiamto: Rossoni, Nelson Justus, Alceu Swarowski, José Tavares, Costenaro Neto e Doutor Rosinha.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 528

O Artigo 1° do Projeto de Lei n° 528/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Fica concedido, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório no valor de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal, aos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamto: Lourenço Fregonese, Tadeu Lúcio Machado, Luiz Carlos Alborghetti e Rafael Greca de Macedo.

JUSTIFICATIVA:

Vale a justificativa apresentada à Emenda, ao Projeto de Lei n° 521/91, do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 115/91, pois os motivos, os argumentos e as razões são os mesmos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 528/91

PARECER A EMENDA N° 01

P A R E C E R:

Objetiva a presente Emenda, conceder nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório no valor de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensais, ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Analizando que a matéria é de iniciativa do Poder Executivo, somos pela inconstitucionalidade da mesma, sendo o nosso PARECER CONTRARIO a emenda.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator.

Apoiamto: Rossoni, Nelson Justus, Durval Amaral, Alceu Swarowski, Costenaro Neto e Doutor Rosinha.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3239

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno Preferência de Discussão e Votação para os Projetos de Lei n°s 505/91, 521/91 e 528/91, constantes da Ordem do Dia marcada para o dia de hoje.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) JOAO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 3237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 3232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 227/91, de sua autoria, que denomina "Colégio Estadual de Paranavaí Professor Benjamim Antonio Johann", o Colégio Estadual do Município de Paranavaí, e consequentemente o seu arquivamento.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 3236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor Manoel Viana ocorrido no dia 22 de novembro do corrente ano, no município de Paranaçuã.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Professor Manoel Viana, conhecido carinhosamente como "Professor Manoelito", membro do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaçuã, ex-Secretário da FUNFAFI, membro do Conselho de Cultura, foi autodidata, professor e historiador, por mais de cinquenta anos dedicou-se integralmente ao magistério. Viveu intensamente a vida de um professor e pela sua escola passaram personalidades que ocuparam e ocupam ainda hoje, posições de destaque nos mais variados setores, das atividades humanas, não só de Paranaçuã, mas do Estado e do Brasil afora.

REQUERIMENTO Nº 3227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de votos de congratulações pela passagem do 36º aniversário do Município de BOM SUCESSO, transcorrido em 15 de novembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3228

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de VITORINO, dia 29 de novembro.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A literatura desconhecida de estudantes e estudiosos narra para uns poucos privilegiados, a história do índio Vitorino que tinha o sonho de transferir seus

companheiros para terras férteis e menos sujeitas às enchentes que sempre vitimaram o Sudoeste. Viviu o tupiniquim às margens do riacho Vitorino que ganhou o seu nome e que, de curso pouco intenso, era suficiente para manter úmida a terra às suas margens as quais eram altamente produtivas. Passadas mais de quatro décadas, a antiga morada do indígena foi elevada a Distrito de Clevelândia (1951) e a Município em 25 de julho de 1960, sendo instalado em 29 de novembro de 1961. Sua agricultura deixou de crescer nos mesmos índices, ganhando expressão o seu setor industrial - especialmente ligado ao beneficiamento de madeira.

Vitorino representa, hoje, o mais simpático dos entroncamentos do Sudoeste do Estado e sua porta mais próxima para o Oeste catarinense. A homenagem ora proposta, somamos à Assembléia Legislativa do Paraná pelo voto unânime dos seus Ilustres Componentes.

REQUERIMENTO Nº 3229

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de RENASCENÇA, dia 29 de novembro.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A emancipação política e administrativa de Renascença ocorreu justamente na ocasião em que a Administração Estadual buscava novos rumos, buscando diminuir as obrigações municipais por meio da criação de novas unidades, diminuindo as grandes extensões territoriais que caracterizavam os municípios ao iniciar-se a nova fase da vida republicana brasileira. O então Distrito possuía boas terras, produzia com bons índices, participava ativamente da vida política do Estado. Suas Lideranças buscaram a emancipação para poderem estimular a comunidade a crescer e ganhar o seu próprio lugar na vida política, administrativa e econômica do Estado, resultado plenamente alcançado e que justifica a homenagem agora proposta para a qual rogamos o apoio unânime dos prezados Pares.

REQUERIMENTO Nº 3230

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de SANTA IZABEL DO OESTE, dia 29 de novembro.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Tendo seu território fincado na área de terras sob a influência freática do Rio Iguaçu, suas terras estão entre as consideradas mais férteis do Brasil. Essa a razão da grandeza e do crescimento de Santa Izabel do Oeste; e a explicação da luta travada por seus pioneiros para conquistar a emancipação política e administrativa que a desamarrou de Ampere e Realeza naquele já longínquo dia 29 de novembro de 1963, municípios considerados dos mais progressistas, chancela que vem marcando Santa Izabel do Oeste e que justifica a homenagem proposta, para a qual rogamos o apoio unânime dos Ilustres Membros do Legislativo do PARANÁ.

REQUERIMENTO Nº 3233-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 62 da Constituição Estadual a constituição de uma Comissão Parlamentar do Inquérito, composta por 7 membros, para, no prazo máximo de 120 dias apurar possíveis irregularidades no processo autorizatório do recente aumento das passagens de ônibus intermunicipais.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(aa) DOUTOR ROSINHA, NELSON JUSTUS, ARLINDO TROIAN, PLAUTO MIRO GUIMARÃES, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, HEINZ HERWIG, ADEMAR TRAIANO, SEVERINO FELIX, ERNANI PUELLE, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, TADEU LÚCIO MACHADO, NILTON BARBOSA, ALBINO CORAZZA, RAFAEL GRECA DE MACEDO, MÁRIO BEZERRA, PAULO MAIA, ANTONIO ANNIBELLI, EMÍLIA BELINATI, NILTON CESAR, LOURENÇO FREGONESE, ROSSONI, CLEITON KIELSE, OVIDIO CONSTANTINO, DALTON MACHUCA, COLOMBINO GRASSANO e BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO Nº 3231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Expediente Oficial, ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, HERON ARZUA, SOLICITAÇÃO de INCLUSÃO nos produtos da cesta básica de carnes de FRANGO e SUÍNO.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Considerando:

- a grande produção de Frangos e Suínos em nosso Estado;
- a necessidade de incentivo aos produtores destes setores;
- o grande valor nutritivo das referi-

das;

- ainda a necessidade de qualificação e variedades de produtos na CESTA BÁSICA, REQUEREMOS a INCLUSÃO destas variedades de carnes, beneficiando qualitativamente a Cesta Básica, tornando acessível às camadas de baixa renda o consumo desta importante alimentação de valor nutritivo.

REQUERIMENTO Nº 3235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado de Saúde, NIZAN PEREIRA, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a aquisição de uma ambulância para o Município de Prudentópolis.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do Município postulante, melhores condições de atendimento em termos de Saúde Pública, notadamente será elevado o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 3240

Senhor Presidente.

O Deputado ALCEU SWAROWSKI, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Fazenda, Senhor HERON ARZUA, solicitando em caráter de urgência a instalação de um Terminal de Computador na Agência de Rendas, para a Cidade de Rio Negro, Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A ausência de "terminal de computador" para emissão de Notas Fiscais na Agência de Rendas Estaduais de Rio Negro está criando toda série de transtornos ao Comércio e Indústrias locais.

Tanto que, os empresários têm que se deslocar constantemente à Capital do Estado para tal fim.

Assim, confiamos na sensibilidade e pronto atendimento ao Requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 536-91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurada a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Serviços - ICMS na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na

Curitiba, quarta, em 27.11.91

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A exemplo do que ocorreu com a categoria dos taxistas, que tiveram a isenção do ICMS para aquisição de veículos para fins profissionais, regulamentada por Lei, acreditamos ser justa, também, a mesma isenção para os veículos que serão adaptados para uso de deficientes físicos, uma vez que já existem, há algum tempo, diversas empresas que vêm executando adaptações para este fim, cuja legalidade é reconhecida pelo DETRAN, através de testes especiais efetuados para habilitação de deficientes.

Tendo em vista que os deficientes físicos, em muitos casos, possuem plenas condições de executarem as mais diversas atividades, sendo que os mesmos têm interesse em ingressar no mercado de trabalho, mas que para isso necessitam de um meio de locomoção mais prático, ágil e que também possibilite maior independência, é que apresentamos o presente Projeto de Lei que, se aprovado, virá beneficiar de forma substancial este grupo de pessoas que, além da restrições naturais de sua condição, sofrem diversos tipos de constrangimentos e discriminações, principalmente a nível profissional, muitas vezes apenas por preconceito.

PROJETO DE LEI Nº 537/91

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de União da Vitória, com sede e foro em União da Vitória.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.91

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, é constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, e com o intuito de colaboração como órgão consultivo dos poderes públicos e das demais Associações no sentido de Solidariedade Social.

Visando a melhoria nas condições de vida e a formação profissional de seus representantes e estimulando e fortalecendo as organizações de base dos trabalhadores, entendemos procedente o pedido de Utilidade Pública e esperamos pelo aceite do mes-

Pág. 21

mo, pelos Ilustres Pares da Casa, onde estarão promovendo o bem-estar da classe dos trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passa-se ao horário das Lideranças.

PMDB com a palavra (DECLINA).

PTB. (DECLINA).

PL. (DECLINA).

PST. (DECLINA).

PEL. (DECLINA).

PDT. (DECLINA).

PRN. (DECLINA).

PSDB. (DECLINA).

PT. Com a palavra o Senhor Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Folha de Londrina hoje, traz um noticiário a respeito de uma carta com remetente falso que distribuída à imprensa paranaense, via empresa de Correios e Telégrafos.

Tal carta traz o seu interior a ficha funcional do jornalista Luiz Geraldo Mazza. Nós queremos dizer que o jornalista não nos forneceu nenhuma procuração para defendê-lo, não nos autorizou a defendê-lo e não é essa a nossa intenção. A nossa intenção é criticar a posição do governo do Estado em relação à sociedade civil. Para nós do Partido dos Trabalhadores, não é novidade o comportamento do Poder Executivo a soltar documentos falsos, a soltar documentos apócrifos. O atual Governador foi prefeito de Curitiba durante três anos. Naquele período eu ocupei o cargo de Presidente da Associação dos servidores municipais de Curitiba e o atual Governador já tinha o comportamento que ora tem, o de publicar, e de distribuir documentos falsificados em nome de outras pessoas e distribuir documentos anônimos, documentos apócrifos e documentos mentirosos para falar de outras pessoas.

Assim ele agiu quando era prefeito, a respeito do nosso comportamento na Associação dos servidores municipais de Curitiba. Assim ele tem agido em relação a vários setores da sociedade, a divulgar documentos mentirosos como tem feito agora em relação ao jornalista Mazza.

Diz no documento que o jornalista é aposentado pelo Poder Executivo. Creio que todos os cidadãos de média informação em nosso Estado, já sabiam disso, uma vez que o jornalista foi punido pelos Atos Institucionais da época da Ditadura e após, foi anistiado e contado esse tempo, como tempo de serviço, e se aposentou.

Por que é que o Governador não está preocupado com as aposentadorias de quem

estão no seu Governo, como é o caso de muitos dos seus Secretários que são aposentados pelo FEPPA da Assembleia Legislativa, ou do próprio Ouvidor que é aposentado pelo IPC no Congresso Nacional, aposentado pelo Tribunal de Contas do nosso Estado, e aposentado como professor, no IPE, sendo que a aposentadoria, algumas delas, como a de Deputado Federal, no entendimento do Partido dos Trabalhadores é imoral, apesar de ser consideradas por alguns, constitucionais, como nós entendemos como inconstitucionais.

Um Governo que age com documentos apócrifos, com documentos mentirosos, é um Governo que não merece o respeito da população.

Diz o Senhor Secretário da Administração, o Senhor Passos, que ele vai apurar e vai punir o servidor que assim fez, retirando a ficha funcional do jornalista para distribuir para a imprensa. O Senhor Passos, Secretário da Administração puna o mandante que se chama Governador Roberto Requião, porque assim ele agia quando era prefeito de Curitiba e não mudou o comportamento. Esse tipo de comportamento desrespeitoso às pessoas, desrespeitoso à sociedade, só faz depor contra o Poder Executivo e só faz com que aumente o desrespeito ao Poder Executivo, por parte de alguns setores da sociedade.

Nós cobramos a moralidade não só no discurso, a moralidade na prática e cobramos o fim da mentira do Governador do Estado.

Eu concedo aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Sr. Deputado, não importa qual o tipo de acusação que se faz ao Jornalista Luiz Geraldo Mazza. Mazza é a expressão maior do jornalismo do Paraná, homem inteligente. Acompanhamos a sua trajetória desde 1955, portanto, não é de hoje que estamos acostumados a ler suas crônicas, a acompanhar a própria História do Paraná através dos seus relatos. Um ilustre Jornalista, Mazza merece o respeito de nós todos políticos porque ele conhece a história de todos os políticos paranaenses. Ele é um atento observador do que se passa no Paraná, do comportamento de todo o político. E, portanto, ninguém melhor do que ele tem registrado a nossa história e a História do Paraná. Sou solidário inteiramente ao Jornalista Luiz Mazza, por conhecê-lo e por reconhecer neste jornalista um brilhante homem que tem uma larga folha de serviços prestados a este Estado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Ilustre Deputado, eu dediquei hoje vinte minutos do meu Programa ao Jornalista Geral-

do Mazza. Eu não tenho assim uma profunda amizade com o Jornalista Luiz Geraldo Mazza, mas o respeito! Aprendi a respeitá-lo porque é um companheiro meu. É a minha classe que está sendo atingida.

E eu quero deixar neste aparte um voto de repúdio contra os urubus, que estão espalhados no Estado do Paraná. E como não acreditam num jornalismo sério, num jornalismo da verdade como faz o Mazza e a maioria dos órgãos de imprensa do Estado do Paraná quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. E em nome da nossa classe, dos radialistas e jornalistas do Estado do Paraná, e em nome dos ilustres companheiros Luiz Geraldo Mazza eu quero deixar aqui o meu voto de repúdio para aqueles que publicaram em um envelope o nome do Senador José Eduardo Vieira e publicaram esta estupidez cretina, que foi espalhada por todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O Sr. Paulo Maia - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. DR. ROSINHA - Concedo, antes, porém, gostaria de registrar no setor do jornalismo a presença do Jornalista Luiz Geraldo Mazza que, ao início deste pronunciamento, não se fazia presente.

O Sr. Paulo Maia - Nobre Deputado Rosinha, eu acredito que V.Exa. assim como o nobre Deputado Colombino Grassano e o nobre Deputado Alborghetti expressaram muito da verdade que se deve fazer a nível de imprensa do Paraná.

Obviamente que o Jornalista Mazza tem publicado muitas verdades na sua coluna, através da "Folha de Londrina". Assim como nós vimos também o episódio lamentável, há pouco tempo, com o "Jornal do Estado", que tem trazido também muita verdades a respeito de fatos ocorridos no Estado do Paraná. E a imprensa verdadeira preocupa alguém que, incorretamente, está fazendo uso da coisa pública. E no momento em que se denuncia, no momento em que se traz a verdade dos fatos, obviamente está se ferindo alguém por dizer a verdade. Lamentavelmente, procuram fazer desta maneira vergonhosa, desta maneira que considero maneira hipócrita, covarde de se destruir alguém, utilizando-se de documentos apócrifos. E, neste momento, eu me somo até ao voto de repúdio, do Deputado Alborghetti a quem for que tenha agido desta maneira e contra quem quer que seja que venha a agir futuramente. Eu acho uma vergonha, eu creio que aquilo que a imprensa fala se é mentira, nada mais do que recorrer a justiça ou procurar os respectivos órgãos de Imprensa para que a verdade seja dita, e a coluna do nobre Jornalista Mazza, tem dito muitas

verdades assim, como também o Jornal do Estado do Paraná tem estampado isso nas páginas, inclusive com essas verdades ele tem sido vítima de destruição, de invasão, e oxalá, tenhamos uma resposta sobre isso que está se passando; oxalá também possamos ter uma resposta sobre a natureza desse documento vergonhoso, lamentável, que hoje atinge um cidadão da Imprensa Paranaense, que é o Jornalista Mazza por falar a verdade. Muito obrigado.

O DR. ROSINHA - Nós queremos colocar para encerrar que o discurso democrático do Governador Roberto Requião, nada mais é do que discurso. A sua prática é autoritária e de perseguição a quem lhe opõem.

Não adianta abrir os arquivos do DOI-COD, se quem está no Palácio Iguazu é o próprio dedo duro que está pegando ficha funcional de servidores pela metade e distribuindo à população. Por isso o protesto da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, constante do expediente, que altera a redação do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 505/91. Constitua-se Projeto de Lei em separado.

Emenda de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, constante do expediente, que altera a redação do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 521/91. Constitua-se Projeto de Lei em separado.

Emenda de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, constante do expediente, que altera a redação do Artigo 1º da Lei nº 528/91. Constitua-se Projeto de Lei em separado.

Ofício nº 465/91, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando licença dos trabalhos legislativos desta presente sessão, tendo em vista sua participação na CPI no Município de Pinhão. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado, Nelson Garcia, Doutor Rosinha e demais Senhores Deputados, constante do expediente, soli-

citando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar possíveis irregularidades no Processo autorizatório do recente aumento das passagens de ônibus intermunicipais. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nº 505, 521 e 528/91, constantes da Ordem do Dia, da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 505/91, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, concede aos servidores efetivos ativos e inativos e aos servidores regidos pela CLT, do quadro de pessoal da Procuradoria de Justiça, um abono de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) no mês de novembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto, PARECER CONTRÁRIO, da C.C.J., nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 01/91 DO PROJETO DE LEI Nº 505/91
P A R E C E R:

A presente Emenda tem por finalidade estender ao mês de dezembro do corrente ano o abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), aos servidores ativos e inativos e aos servidores regidos pela CLT, do quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Analisando que a matéria é de iniciativa do Poder Executivo, somos pela inconstitucionalidade da mesma, sendo o nosso parecer contrário à emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Emenda do Deputado Antônio Annibelli

será transformado em Projeto a parte.

DURVAL AMARAL

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 115/91, concede no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração direta e das autarquias, inclusive das constantes da Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991. Com parecer da C.C.J. EMENDA DE PLENARIO. EM REGIME DE URGENCIA.

Com Emenda que se transforma em Projeto a parte. APROVADO.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/91, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, concede, no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00, aos funcionários do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA DE PLENARIO. EM REGIME DE URGENCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 521/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 115/91, dispõe que aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e das Autarquias, inclusive das constantes da Lei nº 9.663, de 16.07.91, fica concedido no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros).

Analisando-se o presente Projeto, verifica-se que nada há que obste a normal tramitação do mesmo pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA 01/91 AO PROJETO DE LEI Nº 521/91

P A R E C E R:

Objetiva a presente Emenda, conceder nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensais, aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela CLT dos órgãos da Administração direta e das autarquias, exceto os servidores da administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Analisando que a matéria é de iniciativa do Poder Executivo, somos pela inconstitucionalidade da mesma, sendo o nosso parecer contrário à emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 528/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do Tribunal de Contas, concede, no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), aos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA Nº 01/91 AO PROJETO DE LEI Nº 528/91

P A R E C E R:

Objetiva a presente Emenda, conceder nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensais, ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Analisando que a matéria é de iniciativa do Poder Executivo, somos pela inconstitucionalidade da mesma, sendo o nosso parecer contrário à emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

Emenda - Projeto a parte. APROVADO.

O SR. JOSE TAVARES (Aparte) - Estas três Mensagens de abono que Vossa Excelên-

cia acaba de proclamar com resultado de aprovação, foram apresentadas pelo Deputado Antônio Annibelli, três Emendas separadamente. Essas Emendas nós rejeitamos na Comissão de Constituição e Justiça; Vossa Excelência está dizendo que elas serão encaminhadas ou transformadas em Projetos à parte?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em Projeto à parte. As três Emendas ficam num Único Projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós queremos cumprimentar Vossa Excelência pela sabedoria da decisão tomada, bem como também ao Deputado Antônio Annibelli, mesmo sabendo que a Comissão de Justiça opinou pela inconstitucionalidade das Emendas, a transformação das mesmas em Projeto à parte, permite que de pronto votemos à Mensagem de Sua Excelência o Governador e obviamente que, será dispensado de Redação Final, não necessitando o Projeto ir a uma 3ª. Votação, com o que, iremos resolver de pronto, o problema da votação dessa matéria e permitir que a Secretaria de Estado da Fazenda, existindo a Lei específica, possa repassar a todo o Funcionalismo do Estado do Paraná o pagamento referente ao abono de 42 mil cruzeiros, para o qual há necessidade dessa Lei que estamos votando hoje.

Então eu quero cumprimentar Vossa Excelência pela sabedoria da decisão e o Deputado Antônio Annibelli, por ter entendido também os apelos que todos nós fizemos a ele na tarde de ontem e na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, cria no Estado do Paraná, Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho da Serra Geral ou Escarpa Mesozóica, regionalmente denominada "Serra da Esperança". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A. EMENDA DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, implanta o ensino de 5ª a 8ª séries na Escola Estadual Florinda Aparecida, no Município de Iporã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 24, de 21.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 94/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado NILTON BARBOSA, o presente Projeto de Lei versa sobre autorização para que o Poder Executivo implante na Escola Estadual Florinda Aparecida em Iporã, o ensino de 5ª a 8ª série do 1º grau.

Da análise do mesmo vislumbra-se tratar-se de texto meramente autorizatório, o que não traz maiores consequências de modo a não ferir qualquer preceito constitucional ou legal.

Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 94/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a implantar o ensino de 5ª a 8ª série na Escola Estadual Florinda Aparecida, no Município de Iporã.

O presente Projeto obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.04.91

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, o Projeto 94/91 do Deputado Nilton Barbosa é um Projeto, no nosso entender, autorizatório e que implanta ensino de 5ª a 8ª série na Escola Estadual Florinda Aparecida.

Nós vamos votar favoravelmente, mas queremos registrar que é um tipo de Projeto que não tem necessidade de ser feito, uma vez que depende de colher dados da Secretaria Estadual de Educação, depende de ter a população alvo em número suficiente para implantação do ensino e depende meramente de gestões desta população e do Deputado junto à Secretaria Estadual de

Educação.

Portanto, ao nosso entender, não há necessidade de um Projeto de Lei neste sentido.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Gostaria de agradecer a manifestação de apoio do Deputado Doutor Rosinha e dizer que na verdade o nosso Projeto é atendendo à reivindicação da comunidade de Iporã, bem como dos professores que nos procuraram para que entrássemos com este Projeto. Evidente que já fizemos o trabalho, já contactamos com a Secretaria de Educação e o Projeto, realmente, é autorizatório. Aí nós teríamos muito mais condições de argumentar com o Senhor Secretário, porque o Poder Legislativo já lhe dá a autorização necessária. Mas, de qualquer maneira, agradecemos a manifestação de apoio do Deputado do PT, Doutor Rosinha, bem como queremos agradecer antecipadamente, também, a aprovação pelos demais companheiros de todos os Partidos constituídos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que apóiam, permaneçam como estão. APOIADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISOSTOMO, denomina "Colégio Estadual de Paranavaí Professor Benjamin Antonio Johann", o Colégio Estadual do Município de Paranavaí. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 66, de 10.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 227/91

PARECER:

Através do presente Projeto de Lei, seu autor pretende denominar "Colégio Estadual de Paranavaí Professor Benjamin Antonio Johann", o Colégio Estadual do Município de Paranavaí.

O Projeto, a nosso ver, atende às disposições constitucionais legais, jurídicas e de técnica legislativa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 227/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, visa denominar "Colégio Estadual de Parana-

Curitiba, quarta, em 27.11.91

vaí Professor Benjamin Antonio Johann", o colégio estadual do Município de Paranavaí.

Levada a matéria para discussão e aprovação à Comissão e Justiça, esta pronunciou-se favoravelmente.

No que compete a esta Comissão, nada encontra que possa obstar regimentalmente a tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 227/91.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 227/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 075/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, ratifica os termos do acordo que extingue o litígio constante nos autos de Ação Ordinária nº 8874/90, firmado perante o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, da Comarca de Curitiba, entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (em regime de liquidação extrajudicial). Com PARECERES FAVORAVEIS da C.E. e C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGENCIA. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam ratificados os termos do Acordo que extingue o litígio constante nos Autos de Ação Ordinária nº 8874/90, firmado perante o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, da Comarca de Curitiba, entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (em regime de liquidação extrajudicial), o Banco do Estado do Paraná S.A. e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba S.A.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de acordo judicial que ex-

tingüe o litígio constante dos Autos da Ação Ordinária nº 8874/90, originário de convênio, datado de 13 de maio de 1982, e termos aditivos firmados em 20 de junho de 1985 e 13 de julho de 1985, devidamente homologado por esta Assembléia e considerando que o presente acordo, para todos os efeitos, é o desfecho final dos pactos anteriormente assentados, se nos parece óbvio que, à luz do disposto no inciso XXI, do Art. 54, da Constituição Estadual, o Poder Legislativo deva se manifestar.

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/91

PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Erondy Silvério, tem por finalidade ratificar os termos do Acordo que extingue o litígio constante nos Autos de Ação Ordinária nº 8874/90, firmada perante o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Concordatas, da Comarca de Curitiba, entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (em regime de liquidação extrajudicial), o Banco do Estado do Paraná S.A. e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba S.A..

Tendo em vista a documentação encaminhada pelo Chefe da Casa Civil, através do Ofício nº OF/DTL/SAT/ Nº 365/91 e dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do Projeto de Resolução em tela, somos de opinião favorável à aprovação do mesmo, bem como a anexação do supracitado Ofício da Casa Civil ao Projeto de Resolução que ora analisamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/91

PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, tem por finalidade ratificar os termos do Acordo que extingue o litígio constante nos Autos de Ação Ordinária nº 8874/90, firmada perante o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Concordatas, da Comarca de Curitiba, entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (em regime de liquidação extrajudicial), o Banco do Estado do Paraná S.A. e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba S.A..

Analisando a matéria, em sua parte constitucional, legal e regimental, não

encontramos óbice que impeça a normal tramitação do Projeto de Resolução em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 076/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, autoriza a realização de plebiscito na área em que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Ourilândia, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 076/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Ourilândia, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz.

"Ponto inicial e final: foz do córrego das Pedras ou Água do Juca no Rio Arurão. Do ponto inicial, desce pelo Rio Arurão divisa intermunicipal com Peabiru e Fênix até a foz do Rio Bagre sobe por este até a foz do córrego dos 100 alqueires; sobe por este até a sua nascente; deste ponto em linha reta e seca divisa intermunicipal com Barbosa Ferraz até a foz do córrego Ourilândia no Rio São Joaquim; deste ponto em linha reta e seca até a Água do Monte Azul; desce por esta até sua foz no Rio São Joaquim; sobe por este até a ponte na Estrada Souza Leão, Corumbataí do Sul - divisa intermunicipal com Corumbataí do Sul, segue por esta até a Estrada Corumbataí do Sul - Ourilândia, segue por esta até a Estrada Bourbônia - Ourilândia; segue por esta até o ponto mais próximo da nascente do córrego das Pedras ou Água do Juca; deste ponto, segue em linha reta e seca até alcançar a nascente do córrego das Pedras ou Água do Juca; desce por este até a sua foz no Rio Arurão, ponto inicial e final".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE OURILÂNDIA:

"Ponto inicial e final: entroncamento da Rua General Osório com a Avenida Brasil. Do ponto inicial, segue pela Rua General Osório até o córrego Bagrinho; desce por este até a Rua Duque de Caxias; segue

por esta até a Avenida Rio Grande do Sul; segue por esta até a Avenida Brasil; deste ponto, segue contornando e incluindo os lotes 805 a 821 até a Água da Onça; sobe por esta até a Rua Ceará, segue por esta até a Avenida Brasil; segue por esta até o entroncamento com a Rua General Osório, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 3237, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3236, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3227, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3228, 3229, 3230, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3231, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3235, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3240, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3203, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3215, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu gostaria que o Deputado Algaci Túlio, não sei se ele está aqui no Plenário agora, mas nós, após pedirmos adiamento da discussão desta matéria, Senhor Presidente, entramos em contato com a Companhia Paranaense de Saneamento, a SANEPAR, para que ela nos preste esclarecimentos acerca deste assunto. Estamos recebendo neste momento, endereçada ao Deputado Algaci Túlio, a carta número 1836/91, que presta esclarecimentos de critérios de cobrança pela média das contas de água do litoral.

Entendendo, portanto, que os esclarecimentos reivindicados pelo Deputado Algaci Túlio, através do seu requerimento, constam da resposta que já obtivemos, em caráter urgente urgentíssimo, do Senhor Presidente Estênio Salles Jacó, da SANEPAR, não vemos mais razão de aprovarmos este requerimento que o Deputado coloca sobre a mesa. Razão pela qual, nós de posse dos esclarecimentos pedidos, solicitamos aos Senhores Deputados que votem contrariamente ao requerimento, já que o autor não está presente no Plenário, neste momento, para pedir a retirada do mesmo.

Então por esta razão solicito que os Senhores Deputados votem contrariamente, até porque os esclarecimentos reivindicados estão de posse de nossa pessoa e serão repassados a ele, tão logo compareça.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não estando presente o Deputado autor do requerimento, transiro a votação do mesmo para a Sessão de amanhã, pois segundo o líder do Governo, ele está de posse das informações pedidas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/91; e dos Projetos de Resolução nºs 075/91 e 076/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 497/91, 522/91 e 532/91.

Levanta-se a sessão.